



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

# **Gestão Orçamentária e Financeira dos Recursos do FEAS**

Paulo Pimenta  
Fortaleza, outubro de 2025

# Análise Orçamentária dos Recursos Estaduais

01

## Verificação da LOA

Confirmar se constam na Lei Orçamentária Anual o Órgão Gestor (Secretaria Municipal de Assistência Social), a Unidade Orçamentária (Fundo Municipal de Assistência Social) e as Ações Orçamentárias para cada nível de proteção social com suas respectivas fontes de financiamento.

- **Órgão Gestor:** Conformar a inclusão da SMAS como entidade responsável pela coordenação e execução da Política de Assistência Social no município;
- **Unidade Orçamentária:** Verificar a existência do FMAS como uma das unidades executora do orçamento
- **Ações Orçamentárias:** Assegurar que a LOA detalhe as ações orçamentárias específicas para cada Bloco de Financiamento (PSB, PSE e Benefícios Eventuais), com suas respectiva fonte de financiamento.

02

## Elementos de Despesas

Verificar se os elementos de despesas estão explicitados na LOA, incluindo

- Vencimentos e vantagens fixas (3.1.90.11),
- Obrigações patronais (3.1.90.13),
- Material de consumo (3.3.90.30)
- Distribuição de material gratuito (3.3.90.32)
- Serviços pessoa física (3.3.90.36)
- Serviços pessoa jurídica (3.3.90.39)
- Equipamentos e material permanente (4.4.90.52)
- **Atenção todos com Fonte 1.661.**

## Alterações Orçamentárias

Em muitos casos, as dotações orçamentárias iniciais não são suficientes ou adequadas para as demandas emergentes ou para novas ações.

- **Crédito Suplementar:** Utilizados para reforçar dotações orçamentárias já existentes na LOA que se mostram insuficientes.
- **Crédito Especial:** Criado para atender a despesa que não foram previstas na LOAS, como a implementação de um novo programa ou serviço socioassistencial.
- **Crédito Extraordinário:** destinado a despesas urgentes e imprevistas, como calamidades públicas.

**Aprovação e Parecer do CMAS:** É um passo obrigatório, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), com sua função deliberativa e fiscalizadora, deve emitir parecer favorável sobre a necessidade e a adequação da alteração orçamentária, antes que o projeto de lei seja encaminhado à Câmara Municipal. Esse parecer garante a legitimidade e o controle social.

**Aprovação da Câmara Municipal:** A alteração orçamentária é formalizada por meio de lei específica aprovada pelo legislativo municipal.

# Classificação da Fonte

Portaria STN nº 710/2021, alterada pela Portaria nº 1.445/2022, estabelece a classificação das fontes ou destinações de recursos a ser utilizada por Estados, Distrito Federal e Municípios

## Recursos Vinculados à Assistência Social

<b>660</b>	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	Controle dos recursos originários de transferência do Fundo Nacional de Assistência Social
<b>661</b>	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social - FEAS	Controle dos recursos originários de transferência dos Fundos Estaduais de Assistência Social
<b>662</b>	Transferência de Recursos dos Fundo Municipais de Assistência Social - FMAS	Controle dos recursos originários de transferência dos Fundos Municipais de Assistência Social

# Estrutura Funcional Programática

- Unidade Orçamentária;
  - Função
  - Sub Função
  - Programa de Governo
- PA
  - Região
  - Elemento de Despesa
  - Fonte de Recurso

U.O	Func.	S.F	PG	PA	REG.	Desp.	FR
47100001.	08.	245.	400.	20324.	22.	319011.	660
47100001.	08.	245.	400.	20324.	22.	339039.	661
47100001.	08.	245.	400.	20324.	22.	449051.	662
47100001.	08.	245.	400.	20324.	22.	449051.	660

# Blocos de Financiamento do SUAS

Os municípios devem realizar anualmente a apuração dos saldos remanescentes dos recursos do cofinanciamento, avaliando a melhor utilização na política de assistência social para uma gestão orçamentária e financeira eficiente.

## Benefícios Eventuais

Custeio de benefícios destinados a apoiar famílias e indivíduos em momentos de vulnerabilidade, incluindo situações de calamidade pública, nascimento e morte, conforme critérios estabelecidos em normativas municipais específicas.

## Proteção Social Básica

Investimento e custeio dos serviços tipificados na Resolução CNAS 109/2009, incluindo PAIF, SCFV e Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

## Proteção Social Especial

Recursos para serviços de média e alta complexidade, como PAEFI, abordagem social, medidas socioeducativas, Centro POP, acolhimento institucional e família acolhedora.



# Legislação Estadual Norteadora

- **Lei nº 17.607/2021.** Dispõe sobre a Política de Assistência Social no Estado do Ceará.
- **Decreto nº 34.262/2021.** Regulamenta a a Política de Assistência Social no Estado do Ceará.
- **Portaria nº 391/2023.** Regulamenta o cofinanciamento estadual do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e a transferência de recurso na modalidade fundo a fundo e dá outras providências
- **Portaria nº 352/2023.** Estabelece fluxos, procedimentos e responsabilidades para o acompanhamento da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios do Sistema Único de Assistência Social – SUAS cofinanciados com recursos do Estado do Ceará.
- **Portaria SPS/CE nº 441/2025.** Dispõe sobre a utilização dos recursos financeiros do cofinanciamento dos serviços socioassistenciais do estado do Ceará.
- **Resolução CEAS/CE nº 199/2025.** Dispõe sobre a utilização dos recursos financeiros do cofinanciamento dos serviços socioassistenciais do estado do Ceará.
- **Resolução CIB/CE nº 020 de 29/2025.** Pactua as despesas que podem ser realizadas com os recursos financeiros do cofinanciamento dos serviços socioassistenciais do estado do Ceará.

# Repasse do Cofinanciamento Estadual

<b>Cofinanciamento</b>	<b>Repasse Anual</b>	<b>Repasse até set/2025</b>	<b>Saldo dos Municípios em agosto/25</b>
Proteção Social Básica	R\$ 17.242.000,00	R\$ 12.931.650,00	R\$ 9.421.199,30
Proteção Social Especial	R\$ 5.283.000,00	R\$ 3.522.000,00	R\$ 4.883.285,60
Benefícios Eventuais	R\$ 2.363.400,00	R\$ 1.772.550,00	R\$ 1.465.222,76
Centro Pop	R\$ 822.000,00	R\$ 616.500,00	R\$ 474.539,48
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 25.710.400,00</b>	<b>R\$ 18.842.700,00</b>	<b>R\$ 16.244.247,14</b>



# Planos de Providências e Apoio

## Plano de Providências

Instrumento municipal de planejamento para superação de dificuldades na gestão dos serviços socioassistenciais. Deve conter:

- Valores dos recursos de saldo em conta
- Dificuldades para utilização dos recursos
- Ações necessárias para superação
- Período para execução das ações

Requer aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social por meio de Resolução.

## Plano de Apoio

Elaborado concomitantemente pelo Estado, contendo:

- Identificação dos mesmos valores e dificuldades
- Ações estaduais de apoio ao município
- Estratégias para superação das dificuldades
- Cronograma de execução integrado

Visa contribuir com a execução eficiente das ações planejadas no Plano de Providências municipal.

# Utilização de Recursos Estaduais - Pessoal

## ✓ Permitido

- ✓ Salários de servidores concursados das equipes de referência (CRAS, CREAS, Centro POP)
- ✓ Encargos sociais obrigatórios
- ✓ Auxílios, gratificações e complementações salariais
- ✓ Vale-transporte e vale-refeição

Conforme Resoluções CEAS 199/2025, CIB 020/2025 e Portaria SPS 441/2025

## ✗ Não Permitido

- ✗ Profissionais fora das equipes de referência
- ✗ Profissionais da gestão administrativa exclusiva
- ✗ Rescisões trabalhistas ou similares
- ✗ Terceirização de mão de obra

A utilização não deve prejudicar a qualidade, continuidade e funcionamento das ações socioassistenciais.

# Materiais de Consumo Permitidos

Os recursos estaduais podem ser aplicados na aquisição de materiais de consumo indispensáveis ao funcionamento dos serviços socioassistenciais, organizados nas seguintes categorias:



## Combustíveis e Lubrificantes

Gasolina, óleo diesel, álcool, graxas, óleos para motor, fluido para freio e aditivos automotivos necessários para veículos dos serviços.



## Material Educativo e Esportivo

Brinquedos educativos, materiais pedagógicos, equipamentos esportivos, uniformes e materiais para atividades de convivência e fortalecimento de vínculos.



## Gêneros Alimentícios

Café, açúcar, frutas, legumes, carnes, cereais, verduras, água mineral e demais alimentos para lanches e refeições nos equipamentos.



## Material de Expediente

Papel, canetas, cartuchos de impressora, materiais de escritório e suprimentos necessários para o funcionamento administrativo dos serviços.

# Material Permanente Autorizado

De acordo com a Portaria SNAS/MDS nº 47/2025, podem ser adquiridos materiais permanentes destinados exclusivamente aos equipamentos públicos e entidades de assistência social.

## Equipamentos de Informática

Computadores, notebooks, impressoras, projetores multimídia, roteadores Wi-Fi, equipamentos de som, câmeras de segurança e demais tecnologias para modernização dos serviços.

## Mobiliário Institucional

Mesas, cadeiras, armários, estantes, poltronas, sofás, balcões, gaveteiros, biombos e mobiliário adequado para atendimento digno dos usuários.

## Artigos Lúdicos e Esportivos

Playgrounds, brinquedotecas, equipamentos esportivos, tatames, mesas de jogos e materiais para atividades recreativas e de desenvolvimento social.

# Prêmio Referência Social

Incentivo do Governo do Estado do Ceará para qualificação dos serviços de proteção social básica ofertados pelos CRAS, visando o fortalecimento dos sistemas de informação e valorização dos trabalhadores.

1

## Abertura de Conta

A SPS realiza abertura de conta corrente no Banco do Brasil, no CNPJ do FMAS, com nomenclatura "PREMIAÇÃO AO CRAS".

2

## Adequação Orçamentária

Verificar necessidade de suplementação ou crédito especial na LOA para execução dos recursos da premiação.

3

## Plano de Aplicação

Elaboração em conjunto com a equipe de referência do CRAS premiado e aprovação pelo CMAS por resolução.

4

## Execução

Aplicação em despesas de custeio e capital, inclusive incentivos financeiros aos profissionais da equipe de referência.



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL



# Fases da Execução das Despesas



## Receita

Registro dos valores recebidos do FEAS como receita orçamentária, utilizando código de fonte específico. Notas fiscais devem conter nome e CNPJ do FMAS.



## Empenho

Reserva de dotação orçamentária criando obrigação de pagamento. Deve ser prévio ao fato gerador da despesa, conforme Lei 4.320/64.



## Liquidação

Verificação do direito do credor através de documentos comprobatórios. Aceite que comprova recebimento do bem ou execução do serviço.



## Pagamento

Repasse efetivo dos recursos ao credor, somente após regular liquidação da despesa e comprovação do cumprimento das obrigações.

Todas as despesas exigem prestação de contas com documentação comprobatória preservada por cinco anos após aprovação pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará.



# Boas Práticas

## Recomendações Essenciais

- Transparência em cotações de preços e plano de ação
- Comprovação de atendimento exclusivo às famílias vulneráveis
- Controle rigoroso e guarda documental das aquisições
- Utilização de contratos licitatórios existentes com apostilamento
- Adesão a Atas de Registro de Preços para agilizar processos
- Registros fotográficos e certificados como comprovação

O acompanhamento integral pelas secretarias municipais e a participação dos Conselhos Municipais no controle social são fundamentais para o sucesso da execução orçamentária e financeira.

# Entre em Contato

Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS/CEARÁ

**Secretaria da Proteção Social do Estado do Ceará - SPS/CE**

 (85) 3108-0659

 (85) 98977-0633

 [feas.ce@sps.ce.gov.br](mailto:feas.ce@sps.ce.gov.br)

 Rua Soriano Albuquerque, 230 Joaquim Távora – Fortaleza/CE

Sala da Coordenadoria Financeira

